



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



## **PARECER JURÍDICO nº 057/2017 - RBF**

Projeto de Lei nº 038/2017

Autor(a): Executivo Municipal

### **PROJETO DE LEI - EXECUTIVO MUNICIPAL - ALTERAÇÃO LEI Nº 483/67 - BRASÃO DO MUNICÍPIO - COMPETÊNCIA PRIVATIVA - PROJETO CONSTITUCIONAL E LEGAL.**

## **RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei que pretende alterar o artigo 2º da Lei nº 483, de 26 de Abril de 1967 que dispõe sobre o brasão oficial do município.

A justificativa veio encartada nos autos, especificando o que consta do novo brasão.

Houve a interposição de uma emenda ao referido projeto, emenda aditiva, de autoria da Nobre Vereadora Cássia de Moraes, que pretende inserir o brasão da Guarda Municipal bem como sua padronização oficial no respectivo arcabouço legal.

Requeru, pois, a tramitação do referido projeto de lei em regime de urgência, nos termos do artigo 53 da Lei Orgânica do Município.

É a síntese.

Passa-se a opinar.



## ANALISE JURÍDICA

De início, o artigo 53 da LOMC - Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, garante que, quando solicitado pelo Exmo. Prefeito a tramitação do projeto de lei em regime de urgência - e não de urgência especial, o feito tenha seu tramite legislativo pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Assim, deverá atentar os nobres servidores e Edis sobre a solicitação alçada pelo proponente.

Feito isso, insta destacar, que corolária da autonomia administrativa de que dispõe o Município (art. 30, I, CRFB/88), é a competência para melhor definir as diretrizes do município.

Como é de sabença, os símbolos, em suas diferentes modalidades, constituem elementos de identificação local entre aqueles que vivem em um mesmo espaço, e mesmo para além dos limites do lugar de convivência daqueles cidadãos.

Além disso, são sinais externos de autonomia municipal.

A Carta Magna da República atenta a importância dos símbolos:

Art. 13 (...)

(...)

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios poderão ter símbolos próprios.**

(grifo meu)

A respeito do tema, leciona Hely Lopes Meirelles:



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



"Os símbolos municipais, que estavam abolidos desde 10.11.37, foram restabelecidos pela Constituição de 1946 (art. 195, parágrafo único) e vêm sendo mantidos pelas demais, inclusive pela vigente Constituição da República (art. 13, § 2º). Com essa permissão constitucional, podem os Municípios ter sua bandeira, seu escudo, seu brasão ou emblema, seu selo e seu hino próprios.

Tais são os símbolos admitidos constitucionalmente. (...) O essencial é que os símbolos locais não substituam os nacionais e estaduais, mas com eles completem a exaltação da Pátria. (...)

Observamos, ainda, que o uso dos símbolos municipais deve ser harmonizado com os federais e os estaduais, notadamente na colocação das bandeiras e na execução dos hinos, em que os nacionais e estaduais têm precedência sobre os locais e forma de apresentação regulada em lei." (in: **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 8ª edição, p.126-7).

No tocante à disciplina legal dos símbolos oficiais, ressalta-se que, cada esfera federativa, se optar pela adoção de símbolos próprios, **deverá editar norma específica ou ainda, realizar as devidas alterações**, como se pretende no presente caso, que os enumerará e especificará as hipóteses de sua utilização, e, em se tratando dos Municípios, deverão observar o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Assim sendo, feitas tais considerações, o projeto se mostra legal e constitucional.

## CONCLUSÃO

Nesse sentido, considerando o exposto, opino pela LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE do projeto de Lei nº 038/2017, devendo, outrossim, após a análise das comissões regimentais dessa A. Casa de Leis, ser submetido ao Plenário, para apreciação e votação, eis que é o órgão soberano para tanto.

É o parecer.

Cordeirópolis/SP, 19 de Junho de 2.017.

PROTOCOLADO Nº 01164/2017  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 19/06/2017 HORA: 16:41  
Autoria: Diretor Jurídico  
Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Nº 38/2017 Altera o artigo 2º da Lei nº 483, de 26 de abril de 1967, alterado pela Lei

ROBERTO BENETTI FILHO  
DIRETOR JURÍDICO